

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

CNPJ: 38.201.982/0001-52

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024**



Conteúdo

Mensagem da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanco patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12



Tatuí - SP, 09 de maio de 2025

Aos administradores da
LEGACY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S.A

Senhores quotistas,

A Administração da **LEGACY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S.A** em cumprimento às disposições legais, submete à apreciação de V.Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Conforme descrito no estatuto social, após a apuração de resultado, será constituída a reserva legal, ocorrendo em seguida a deliberação em Assembleia a respeito da destinação dos lucros, atualmente a Companhia tem optado por direcionar para reservas de lucros visando e expansão do negócio.

Durante o exercício de 2024 o principal fato ocorrido foram as transferências das ações para novos acionistas, bem como a eleição de novos diretores.

Atenciosamente,

LEGACY SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S.A

Diretor Presidente
João Paulo Boneder Fiuza

Diretor Financeiro
Fernando Maia de Oliveira Cruz



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores da
Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.
Tatuí – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

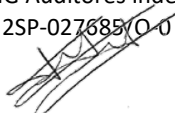
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP


Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Notas	2024	2023	Notas	2024	2023
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	7	169.857	347.905		668	34.060
Contas a Receber	8	12.955.393	13.328.678	10	-	2.212
Outros Créditos		6.809	48.931	11	150.696	144.008
Impostos a Recuperar		31.029	73.216	12	14.470.238	-
Total do ativo circulante		13.163.088	13.798.730		14.621.602	180.280
Não circulante						
Mútuos a receber de parte relacionada	18.b	334.577	463.561		-	14.187.334
Imobilizado	9	236.949	73.150	18.b	1.222.949	-
Total do ativo não circulante		571.526	536.711		1.222.949	14.187.334
Total do ativo		13.734.614	14.335.441		13.734.614	14.335.441
Passivo						
Circulante						
Fornecedores						
Impostos a Recolher						
Contas a Pagar						
Debêntures com parte relacionada						
Total do passivo circulante						
Não circulante						
Debêntures com parte relacionada						
Mútuos parte relacionada						
Total do passivo não circulante						
Passivo a descoberto						
Capital social subscrito	13.a	10.000			10.000	10.000
Resultado acumulado	13.b	(2.119.937)			(2.119.937)	(42.173)
Total do passivo a descoberto		(2.109.937)			(2.109.937)	(32.173)
Total do passivo e passivo a descoberto		13.734.614	14.335.441		13.734.614	14.335.441

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Demonstração de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Notas	2024	2023
Receita líquida	14	574.777	295.643
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(1.570.665)	(1.418.376)
Despesa tributária	15	(16.067)	(6.664)
Total das despesas operacionais		(1.586.732)	(1.425.040)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e dos impostos		(1.011.955)	(1.129.396)
Receitas financeiras	16	98.972	45.233
Despesas financeiras	16	(1.164.781)	(530.651)
Resultado financeiro líquido		(1.065.809)	(485.418)
Resultado antes dos impostos		(2.077.764)	(1.614.814)
Imposto de renda e Contribuição social	17	-	-
Prejuízo do exercício		(2.077.764)	(1.614.814)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(2.077.764)</u>	<u>(1.614.814)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos exercicios	<u>(2.077.764)</u>	<u>(1.614.814)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.
Demonstração das mutações do passivo a descoberto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Notas	Capital Social	Reserva de Lucros		Prejuízos Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	13	10.000	2.000	1.570.642	-	1.582.642
Resultado do exercício		-	-	-	(1.614.815)	(1.614.815)
Absorção dos prejuízos		-	2.000	(1.570.642)	1.572.642	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	10.000	-	-	(42.173)	(32.173)
Resultado do exercício		-	-	-	(2.077.764)	(2.077.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13	10.000	-	-	(2.119.937)	(2.109.938)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(2.077.764)	(1.614.814)
Ajustado por:		
Juros mutuo	-	(8.545)
Juros debênture	817.138	377.334
Depreciação	60.201	3.850
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	(1.200.425)	(1.242.175)
Variações em ativos e passivos		
Outros Créditos	42.122	59.198
Contas a receber	373.285	1.415.301
Impostos a Recuperar	42.187	(22.572)
Fornecedores	(33.392)	32.860
Impostos a Recolher	(2.212)	900
Contas a Pagar	6.689	7.190
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(771.746)	250.701
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	(771.746)	250.701
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(224.000)	(77.000)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(224.000)	(77.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de Debêntures	(506.000)	
Pagamento de Juros Debêntures	(28.234)	
Mútuo Adquirido	1.222.949	
Recebimento de mutuo	128.984	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	817.699	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(178.046)	173.702
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	347.905	174.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	169.857	347.905

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (“Companhia”), foi constituída em 24 de agosto de 2020 e está domiciliada no Brasil, com sede na Rua Ramos Batista, nº 444, Andar 6, Centro, CEP: 04.552-020, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico (“SPE”) que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas. É uma sociedade limitada que tem por objetivo a atividades de securitização de créditos comerciais. A Companhia atua comprando títulos com deságio para futura recuperação, isso se dá pelo fato de adquirir títulos vencidos em sua maioria. Contudo mesmo sendo títulos já vencidos tem logrado êxito em suas recuperações seja via recebimento direto ou via renegociação.

Em 06 de dezembro de 2022 as cotas do Vicente Guimarães Guerardi e da V.G. Guerardi Consultoria e Assessoria Financeira Ltda foram transferidas para Everaldo Moreira e João Paulo Boneder Fiuza, que utilizaram as mesmas contas para aumentar o capital social junto a One7 Holding S.A. via integralização de cotas.

1.1 Continuidade

A Companhia apresentou indicadores financeiros negativos tais como prejuízo do exercício de 2024 em R\$ 2.077.764 e R\$ 1.614.814 em 2023 e consequentemente passivos a descoberto de R\$ 2.109.937 em 2024 e R\$ 32.173 em 2023. Adicionalmente apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 1.458.514 em 31 de dezembro de 2024, dos quais derivam basicamente de operações efetuadas entre partes relacionadas, sob o mesmo controle acionário.

No atual contexto, a Companhia busca a melhoria da carteira e estuda novos mercados para captação, adicionalmente Companhia faz parte de um grupo econômico que busca fornecer soluções financeiras completas para seus clientes e manter a atual Companhia faz parte de sua estratégia de expansão de negócios.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 09 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

A administração da Companhia avaliou e concluiu que existem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A administração possui uma política de impairment para a carteira, seguindo normas do CPC 48, onde os títulos são acompanhados e dado as tratativas contábeis conforme a carteira está em relação a expectativa de recebimento no mercado. O teste de impairment deve ser aplicado ao menos uma vez ao ano.

Durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração avaliou sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa, onde foi concluído que a carteira já é constituída com a perda esperada, pois a natureza dos recebíveis da Companhia está relacionada a compra de direitos creditórios já inadimplidos e que foram registrados por valor inferior ao de face do título.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A administração entende que não há incertezas que comprometam a continuidade das operações e dos negócios da Companhia.

(iii) Mensuração do valor justo

Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis), onde técnicas de precificação são utilizadas, tal como método do fluxo de caixa descontado.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

6 Políticas e práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para Companhia nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

6.2 Direitos Creditórios

O saldo de contas a receber é constituído com o valor de perda esperada já constituída, são títulos adquiridos com valor inferior ao de face.

Por serem títulos já inadimplidos a administração da Companhia avalia anualmente, através do teste de impairment, e das perspectivas de recebimento o valor atualizado no mercado, com isso caso haja necessidade a Companhia atualiza os valores dos títulos ao valor próximo de perspectiva de recebimento.

6.3 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação, menos a perda esperada para o mesmo, sendo assim seu custo inicial inferior ao valor de face do título, devido à estar líquido da perda esperada.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo contra resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado pelo valor de seu reconhecimento inicial, mais os juros acumulados com base no método da taxa efetiva de juros, menos as amortizações de principal, menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de retificação) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Contas a pagar são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

Para o ano calendário de 2023 não houve nenhuma operação que atenda esse item.

6.4 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

6.5 Impostos e contribuições

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tributou seus lucros com base no lucro real.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(ii) Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 4% para receitas operacionais;
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% para receitas operacionais;
- ISS (alíquota vigente no município da empresa) – 5% para as receitas operacionais.

6.6 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2024 e 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

6.7 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

6.8 Reconhecimento de receita

(i) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Para validação do reconhecimento de receita, alinhado ao CPC 47, a companhia condiciona primeiramente o reconhecimento da receita à existência de um contrato ou um acordo entre as partes, que deverão seguir algumas condições, uma vez que tal instrumento cria direitos e obrigações.

Caso haja um contrato a Companhia irá avaliar e identificar obrigações de desempenho nos contratos, que são quão obrigações contratuais na prestação de serviços.

Em seguida é determinado o preço da prestação de serviço, que deverá estar previsto no contrato, e que pode ser composto por outras variáveis como desconto por exemplo.

Após a determinação de preço do serviço prestado, a Companhia realiza a alocação do mesmo as diferentes obrigações de desempenho previstas no contrato.

Por fim após os passos acima elencados, a entidade reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas e assim o serviço é prestado.

(ii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

(iii) Receita Securitização

O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o valor a ser recebido. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado.

Desta forma a receita com o deságio é reconhecida pelo princípio da competência, onde é reconhecida mensalmente o valor do deságio proporcional ao período incorrido, ou seja, somente aos juros de fato devido. Caso a operação seja quitada antes do período acordado, os juros proporcionais ao período não utilizado, não será reconhecido no resultado.

6.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

6.10 Tributos a recuperar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a correspondente atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas (“IRPJ”) e da Contribuição Social Sobre o Lucro (“CSLL”), os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

6.11 Passivo contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e, também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC, sendo:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos contingentes:** de acordo com o CPC, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- **Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

A Administração conclui que não existem contingências para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6.12 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia adquire títulos em sua grande maioria já inadimplidos, e registra seu custo de aquisição inicial já líquido da perda esperada. Isso ocorre pois a natureza dos recebíveis da Companhia está relacionada à compra de direitos creditórios já inadimplidos e que foram registrados por valor inferior ao de face do título.

Conforme CPC 48 considera-se que o ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito, no reconhecimento inicial, o risco de crédito é elevado, e no caso de compra é adquirido com desconto. Neste caso exige-se que a entidade inclua as perdas de crédito esperadas iniciais, nos fluxos de caixa estimados, ao calcular a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros considerados como comprados com problemas de recuperação de crédito no reconhecimento inicial.

Adicionalmente, em cada data de balanço, a Companhia reavalia o valor da alteração das perdas de crédito esperadas, e se aplicável reconhece um ganho ou perda na redução ao valor recuperável no resultado. Conforme CPC 48 a entidade deve reconhecer alterações favoráveis nas perdas de crédito esperadas como ganho na redução ao valor recuperável, mesmo se as perdas de crédito esperadas forem inferiores ao valor das perdas de crédito esperadas incluídas nos fluxos de caixa estimados no reconhecimento inicial.

6.13 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa operacionais pelo método indireto.

(b) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

(c) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes

para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a conta de caixa de equivalentes de caixa estava assim apresentada:

Descrição	2024	2023
Caixa	52	51
Bancos Conta Movimento	1	35.288
Aplicações financeiras (i)	<u>169.804</u>	<u>312.566</u>
Total	<u>169.857</u>	<u>347.905</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB, com remuneração pós fixada de 5,00% aplicados junto ao Banco Bradesco S/A. Os respectivos vencimentos são entre novembro e dezembro de 2026 com liquidez imediata, a rentabilidade é diária, podendo ser resgatada em qualquer momento sem penalidade.

8 Contas a receber

Na rubrica contas a receber temos os direitos creditórios adquiridos via cessão, os valores estão registrados a custo amortizado. São títulos que podem estar em atraso devido ao negócio da Companhia ser a compra de títulos já inadimplentes em sua grande maioria, onde a aquisição é realizada por valor inferior ao de face. Quando há renegociação esses títulos saem da linha de atraso e passam a ser a vencer.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de clientes estava assim apresentada:

Descrição	2024	2023
Títulos a receber	<u>13.031.901</u>	<u>13.357.140</u>
(-) Receita diferida (a)	<u>(76.508)</u>	<u>(28.462)</u>
Total Clientes	<u>12.955.393</u>	<u>13.328.678</u>

Posição por vencimento em dias da carteira de títulos a receber:

Vencimentos	Valor 2024	Valor 2023
A vencer	767.893	582.389
Vencidos até 14 dias	28.829	-
Vencidos de 15 a 30 dias	1.500	19.000
Vencidos de 31 a 60 dias	28.828	19.000
Vencidos de 61 a 90 dias	28.829	19.161
Vencidos de 91 a 120 dias	28.829	19.162
Vencidos acima de 121 dias	<u>12.147.193</u>	<u>12.698.428</u>
Total títulos a receber	<u>13.031.901</u>	<u>13.357.140</u>

Receita diferida

- (a) A rubrica “Receita Diferida” refere-se a saldo de receitas futuras a ser reconhecida no resultado nos próximos exercícios de acordo com o princípio contábil da competência. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de receita diferida estava assim apresentada:

Descrição	2024	2023
Receita de Securitização	(76.508)	(28.462)
Total de Receita Diferida	(76.508)	(28.462)

Posição por expectativa de vencimento da receita diferida:

Descrição	Valor	Valor
Receita Diferida até 30 dias	(6.651)	(5.777)
Receita Diferida de 31 até 60 dias	(5.762)	(4.857)
Receita Diferida de 61 até 90 dias	(6.056)	(4.167)
Receita Diferida de 91 até 120 dias	(5.581)	(6.084)
Receita Diferida de 121 até 150 dias	(5.460)	(3.738)
Receita Diferida de 151 até 180 dias	(5.004)	(2.459)
Receita Diferida de 181 até 360 dias	(41.994)	(1.380)
Receita Diferida acima de 361 dias	-	-
Total receita diferida	(76.508)	(28.462)
Circulante	12.955.393	13.328.678

9 Imobilizado

Em 2023 a Companhia passou a ter ativo imobilizado em seu balanço, por autorização dos diretores e do conselho foi adquirido um carro para utilização administrativa, em 2024 foi adquirido mais um veículo que é utilizado para serviços administrativos da diretoria. Abaixo consta a composição do ativo na data de 31 de dezembro de 2024 e 2023.

		%	Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
			2022	Adições	2023	2022	Adições	2023	2022	2023
5 anos	Veículos	20%	-	77.000	77.000	0	-3.850	-3.850	0	73.150
	Total		0	77.000	77.000	0	-3.850	-3.850	0	73.150
		%	Custo			Depreciação/Amortização Acumulada			Líquido	
			2023	Adições	2024	2023	Adições	2024	2023	2024
5 anos	Veículos	20%	77.000	224.000	301.000	-3.850	-60.201	-64.051	73.150	236.949
	Total		77.000	224.000	301.000	-3.850	-60.201	-64.051	73.150	236.949

10 Impostos a recolher

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de impostos a recolher estava assim apresentada:

Descrição	2024	2023
Contribuição, Pis, Cofins retido na fonte	-	1.672
Imposto de renda retido na fonte	-	540
	<hr/>	<hr/>
Total	-	2.212

11 Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2024 a conta de contas a pagar apresenta o montante de R\$ 150.695 (R\$ 144.008 em 2023), o qual está relacionado ao envolvimento de prestadores de serviços pessoas jurídicas que atuaram com a Companhia no exercício corrente e serão integralmente liquidados no exercício de 2025.

12 Debêntures

A rubrica “Debêntures” refere-se recursos captados para aplicação na operação de securitização. Refere-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada, em série única, para distribuição privada. A respectiva debenture possui vencimento em 29 de outubro de 2025 com emissão em 29 de outubro de 2020, quanto ao vencimento este pode ter um aditamento no prazo de vencimento, bem como na rentabilidade, Sua remuneração começou a ser calculada em maio de 2023 com base de IPCA acrescido de spread.

Descrição	2024	2023
One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (*)	14.470.238	14.187.334
	<hr/>	<hr/>
Total de Debêntures	14.470.238	14.187.334

Movimentação das debêntures

Descrição	Valores
Saldo 31/12/2021 (não auditado)	11.450.000
Captação de recursos	2.360.000
Saldo 31/12/2022	13.810.000
Captação de recursos	377.334
	<hr/>
Saldo 31/12/2023	14.187.334
	<hr/>
Despesa de juros	817.138
Pagamento principal	(506.000)
Pagamento de juros	(28.234)
	<hr/>
Saldo 31/12/2024	14.470.238

- (*) A remuneração é 100% da variação acumulada do IPCA, acrescida de um spread de 1% ao ano base 252 dias úteis. A remuneração começou a ser calculada em maio de 2023, após 30 meses de carência, conforme item 4.10.1 conforme instrumento particular da escritura da 1ª emissão.

13 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.000 (dez mil reais) totalmente subscrito e integralizado pelos sócios Vicente Guimarães Gueraldi e da V.G. Guerardo Consultoria e Assessoria Financeira.

Em 06 de dezembro de 2022 foram realizadas cessões de cotas onde os sócios originais transferiram para Everaldo Moreira e João Paulo Boneder Fiuza, a totalidade das ações, onde cada sócio era detentor de R\$ 5.000 (cinco mil reais) cada um.

No mesmo ato societário de 06 de dezembro de 2022 os sócios cedem e transferem sem onerosidade 100% de suas cotas para a Companhia One7 Holding S.A.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o Capital Social é de R\$ 10.000 (dez mil reais) totalmente subscritos e integralizados, ao preço unitário de R\$ 1 (um real) todas de único cotista a One7 Holding S.A

b. Reservas de Lucros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi auferido prejuízo no exercício no montante de R\$ 2.077.764 (prejuízo de R\$ 1.614.814 em 2023) o qual foi integralmente destinado para a conta de Prejuízo acumulado. Ao final do exercício de 2024 a conta de prejuízo acumulado somam o montante de R\$ 2.119.937 (lucro de R\$ 42.173 em 2023).

c. Distribuição e reservas de lucros

Conforme previsto no estatuto social sempre que houver lucro, após a constituição da reserva legal, será deliberado em assembleia a destinação dos lucros.

Em 31 de dezembro de 2024 por não haver reserva de lucro, não houve distribuição.

14 Receita líquida

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de receita líquida estava assim apresentada:

	2024	2023
Receita bruta	585.170	301.728
(-) Deduções da receita bruta	<u>(10.393)</u>	<u>(6.085)</u>
COFINS	(8.940)	(5.235)
PIS	(1.453)	(850)
Total de receita líquida	<u>574.777</u>	<u>295.643</u>

15 Despesas gerais, administrativas e tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de despesas gerais, administrativas e tributárias estava assim apresentada:

	2024	2023
Serviços prestados por terceiros	(1.341.724)	(1.313.176)
Impostos, taxas e contribuições	(17.012)	(7.494)
Despesas gerais e administrativas	(44.799)	(2.421)
Assessoria jurídica	(122.995)	(98.099)
Despesa com depreciação	(60.202)	(3.850)
Total	(1.586.732)	(1.425.040)

16 Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de resultado financeiro líquido estava assim apresentada:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Juros ativos de mora	90.956	17.164
Atualização Selic	6.880	-
Juros sobre Mútuo	-	8.545
Juros sobre aplicações financeiras	1.136	19.523
Total receitas financeiras	98.972	45.233
Despesas Financeiras		
Multas e Juros s Tributos	(205)	(84)
Descontos Concedidos	(324.489)	(153.189)
Juros Atualização debênture	(817.138)	(377.334)
Impostos sobre Operações Financeiras IOF	(22.949)	(44)
Total despesas financeiras	(1.164.781)	(530.651)
Resultado financeiro líquido	(1.065.809)	(485.418)

17 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia calcula seu Imposto de Renda e sua Contribuição Social com base no lucro real anual. Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Lucro real		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.077.764	1.614.814
Adições e exclusões temporárias		
(+) Provisão de auditoria	(58.507)	(28.962)
(-) Rendimento Selic	6.880	-
Base tributária, antes da compensação dos prejuízos fiscais	2.026.137	1.585.852
(-) Compensação do prejuízo fiscal (30%)	-	-
Base tributária, após da compensação dos prejuízos fiscais	2.026.137	1.585.852

	1.585.852
Imposto de renda (15%) – (i)	-
Imposto de renda - adicional (10%) – (i)	237.878
Contribuição social (9%) – (ii)	158.585
Total	539.190

18 Instrumentos financeiros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa não operou com derivativos.

a. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas Pré ou pós-fixadas.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui aplicações financeiras atrelados principalmente ao CDI e, por este motivo, a Administração entende que flutuações nestas taxas de juros podem afetar significativamente o resultado financeiro.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI.

Em 31 de dezembro de 2024				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 25% (Impacto Líquido)	Cenário II 50% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	169.805	12,15%	20.631	15.473	10.316
Debêntures						
Debêntures	IPCA	(14.470.238)	4,83%	(698.912)	(524.184)	(349.456)
Em 31 de dezembro de 2023				Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$)		
Operação	Risco	Saldo exposto em R\$	Índice CDI	Cenário provável em R\$	Cenário I 25% (Impacto Líquido)	Cenário II 50% (Impacto Líquido)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	347.853	13,42%	46.682	35.670	23.340
Debêntures						
Debêntures	IPCA	(14.187.334)	6,65%	(943.458)	(707.593)	(471.729)

b. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2024				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	169.857	-	-	169.857
Contas a receber		12.955.393		12.955.393
Mútuos com partes relacionadas	-	334.577		334.577
Total ativos	169.857	13.289.970	-	13.459.827
Passivos				
Debêntures	-	-	(14.470.238)	(14.470.238)
Mútuo com partes relacionadas			(1.222.949)	(1.222.949)
Total passivos		-	(15.693.187)	(15.693.187)
Total	169.857	13.289.970	(15.693.187)	(2.233.360)
	Valor justo por meio do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total
31 de dezembro 2023				
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	347.904	-	-	347.904
Contas a receber		13.328.678		13.328.678
Mútuos com partes relacionadas	-	463.560	-	463.560
Total ativos	347.904	13.792.238	-	14.140.142
Passivos				
Debêntures	-	-	(14.187.334)	(14.187.334)
Total passivos	-	-	(14.187.334)	(14.187.334)
Total	347.904	13.792.238	(14.187.334)	(47.192)

Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

c. Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

d. Risco Operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

e. Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

A Companhia depende da solvência de seus devedores, que pode ser afetada por fatores macroeconômicos, relacionados a economia e apolítica nacional e internacional, como elevação das taxas de juros, aumento da inflação, baixos índices de crescimento econômico entre outros. Contudo como a Companhia adquiri títulos em sua grande maioria já inadimplidos, e registra seu custo de aquisição inicial já líquido da perda esperada, o risco de crédito é substancialmente reduzido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa			
Aplicação financeira	7	169.804	312.565
Cientes			
Contas a receber	8	12.955.393	13.328.678

f. Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A companhia tem como política um teste de impairment na carteira, que deverá ser aplicado anualmente, identificando o valor do título junto ao valor de mercado e expectativa de recebimento, e por esse estudo os títulos serão ajustados ao valor mais próximo que o cenário apresentar.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 90 dias incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A seguir estão as maturidades de passivos financeiros:

2024			
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Debêntures	14.470.238	-	14.470.238
2023			
	Valor contábil	6 a 12 meses	Acima de 12 meses
Debêntures	14.187.334	-	14.187.334

19 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

a. Debêntures entre partes relacionadas

Conforme citado na nota de Debêntures (Nota Explicativa 11) a Companhia realizou emissão de debêntures com partes relacionadas, os quais totalizam em 31 de dezembro de 2024 R\$ 14.470.238 (R\$ 14.187.334 em 2023) e possuem liquidação prevista para o exercício de 2025.

b. Mútuos entre partes relacionadas

No exercício de 2021 a Companhia firmou contratos de Mútuos com a parte relacionada One 7 Holding S.A no montante de R\$ 455.016, os quais possuíam onerosidade com rendimento de 1% a.m.

O contrato que venceu em Fevereiro de 2023 foi prorrogado para Fevereiro de 2025, podendo ser prorrogado para Fevereiro de 2027, e no aditivo foi retirada a cláusula de rendimento, ficando sem atualização do valor devido, a movimentação do saldo está apresentada conforme abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>463.561</u>
Apropriação dos juros em contrato de mútuos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>463.561</u>
(-) Recebimento de mútuo	(128.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>334.577</u>

No exercício de 2024 a Companhia adquiriu um mútuo com a parte relacionada One7 Securitizadora S.A. no montante de R\$ 1.222.949, com vencimento de 12 meses, podendo ser prorrogado, o saldo em 31/12/2024 se apresenta da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>1.222.949</u>
---------------------------------	------------------

20 Contingências

Para o ano calendário de 2024 a Companhia tem em contingência civil, 1 (um) processo classificado como “Possível”, valor atualizado em 31/12/2024 – R\$ 164.259 (em 2023 o saldo era de R\$ 504.259).

21 Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Até o momento da autorização da emissão, não existe fato relevante a ser indicado nesse item.

Tatuí - SP, 09 de maio de 2025

* * *

João Paulo Boneder Fiuza
Diretor Presidente

Fernando Maia de Oliveira Cruz
Diretor Financeiro

Celina Ferrarezi Moises
CRC/SP: 1SP142.405/O-4

DF Legacy 2024 Final pdf

Código do documento 0dda5347-56a8-4692-8781-108e76fb70fa



Assinaturas



Fernando Maia de Oliveira Cruz
fernando.cruz@one7.com.vc
Assinou

Fernando Maia de Oliveira Cruz



João Paulo Boneder Fiuza
jpfuza@one7.com.vc
Assinou

João Paulo Boneder Fiuza



Celina Ferrarezi Moises
celina@santacruz.com.br
Assinou

Celina Ferrarezi Moises

Eventos do documento

09 May 2025, 10:04:37

Documento 0dda5347-56a8-4692-8781-108e76fb70fa **criado** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email:walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:04:37-03:00

09 May 2025, 10:04:48

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br** - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:04:48-03:00

09 May 2025, 10:04:52

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br** - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:04:52-03:00

09 May 2025, 10:04:56

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **walter@one7.com.vc** - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:04:56-03:00

09 May 2025, 10:05:12

Assinaturas **iniciadas** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-

bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:05:12-03:00

09 May 2025, 10:23:14

FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA CRUZ **Assinou** (c785b750-3c0e-40f5-a576-40d818367869) - Email: fernando.cruz@one7.com.vc - IP: 189.60.103.51 (bd3c6733.virtua.com.br porta: 45856) - Documento de identificação informado: 119.970.637-00 - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:23:14-03:00

09 May 2025, 13:24:17

CELINA FERRAREZI MOISES **Assinou** - Email: celina@santacruz.com.br - IP: 186.224.140.69 (186-224-140-69.metroethernet.dynamic.fst.sp.faster.net.br porta: 39280) - [Geolocalização: -23.3472787 -47.8473709](#) - Documento de identificação informado: 796.207.798-00 - DATE_ATOM: 2025-05-09T13:24:17-03:00

09 May 2025, 15:58:00

JOÃO PAULO BONEDER FIUZA **Assinou** - Email: jpfuza@one7.com.vc - IP: 187.45.24.141 (1874524141.cilnet.com.br porta: 61142) - [Geolocalização: -23.3513714 -47.8482966](#) - Documento de identificação informado: 263.142.358-55 - DATE_ATOM: 2025-05-09T15:58:00-03:00

Hash do documento original

(SHA256):39c20e4a18f93d78ffbd3a6b28c31e58560b38fd8bc1b0a02dbf07bd5f38bc9

(SHA512):597819d56c92b0b4cf70928cde39222f0209f6da9f75534115d0c9a01ae7339447548675e625f164702a2b46623f7ba0cdee6d958bc5d24ca115b71b4b0b1bfb

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.